

Ícaro, Dédalo e a Sociedade do Excesso: ética, prudência e regulação no capitalismo tecnológico

Icarus, Daedalus and the Society of Excess: ethics, prudence and regulation in technological capitalism

Ícaro, Dédalo y la Sociedad del Exceso: ética, prudencia y regulación en el capitalismo tecnológico

LARA PASSINI VAZ-TOSTES¹

RESUMO

Este artigo propõe uma leitura simbólica da sociedade contemporânea com base na metáfora mitológica de Ícaro e Dédalo. Ícaro representa a vertigem do excesso, alimentada pelo desejo ilimitado do capital e da tecnologia; Dédalo, por sua vez, simboliza o engenho técnico e os Estados modernos, que constroem os meios mas falham em impor limites éticos. A análise articula referências filosóficas e críticas (Benjamin, Anders, Han, Foucault e Ricoeur) para discutir o risco da hiperliberdade tecnológica desacompanhada de prudência regulatória. Propõe-se, ao fim, uma retomada ética da prudência como elemento estrutural da política e da técnica, sugerindo que a escuta (representada simbolicamente por Ariadne) possa ser um novo paradigma de regulação empática.

Palavras-chave: sociedade; tecnologia; prudência; ética; liberdade.

ABSTRACT

This article offers a symbolic reading of contemporary society through the mythological metaphor of Icarus and Daedalus. Icarus represents the vertigo of excess, driven by the limitless desire of capital and technology; Daedalus, in turn, symbolizes the technical apparatus and modern States that build the means but fail to impose ethical limits. The analysis draws on philosophical and critical references (Benjamin, Anders, Han, Foucault, and Ricoeur) to discuss the risk of technological hyperfreedom lacking regulatory prudence. Finally, the article advocates an ethical recovery of prudence as a structural element of politics and technology, suggesting that listening (symbolically represented by Ariadne) may serve as a new paradigm for empathic regulation.

Keywords: society; technology; prudence; ethics; freedom.

RESUMEN

Este artículo propone una lectura simbólica de la sociedad contemporánea basada en la metáfora mitológica de Ícaro y Dédalo. Ícaro representa el vértigo del exceso, alimentado por el deseo ilimitado del capital y la tecnología; Dédalo, a su vez, simboliza el ingenio técnico y los Estados modernos, que construyen los medios pero no logran imponer límites éticos. El análisis articula referencias filosóficas y críticas (Benjamin, Anders, Han, Foucault y Ricoeur) para discutir el riesgo de la hiperlibertad tecnológica sin el acompañamiento de la prudencia regulatoria. Al final, se propone una recuperación ética de la prudencia como elemento estructural de la política y la técnica, sugiriendo que la escucha (representada simbólicamente por Ariadna) puede ser un nuevo paradigma de regulación empática.

Palabras clave: sociedad; tecnología; prudencia; ética; libertad.

1 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1954-0452>. Email: laravaztostes@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A imagem de Ícaro, voando cada vez mais alto até sucumbir ao calor do sol, ressurge na contemporaneidade como emblema inquietante da lógica que governa o mundo moderno. A mitologia grega, outrora arquétipo dos limites humanos diante do divino e da *hybris*, encontra hoje novo campo de ressonância: a sociedade da desmesura, sustentada pela hipermobilidade do capital, pelo avanço desenfreado da tecnologia e pela dissolução progressiva de fronteiras simbólicas, éticas e regulatórias. Ícaro, nesse contexto, deixa de ser apenas personagem trágico para tornar-se paradigma coletivo: voamos alto demais, rápido demais, e, muitas vezes, sem consciência clara do motivo ou da direção.

Nesse cenário, a figura de Dédalo adquire releitura decisiva. Símbolo do engenho técnico, da inteligência projetiva e do aparato institucional que organiza os caminhos sociais, Dédalo representa os Estados modernos, as estruturas normativas e as ciências aplicadas que constroem as “asas” do progresso, mas nem sempre acompanham esse movimento com prudência e responsabilidade. Como adverte Günther Anders (2018, p. 25), vivemos uma “defasagem entre o que somos capazes de produzir e aquilo que somos capazes de imaginar eticamente”, revelando uma cisão profunda entre técnica e juízo moral.

A narrativa mítica converte-se, assim, em alegoria de um desequilíbrio estrutural: Ícaro voa com asas forjadas por Dédalo, mas não é o pai quem impõe limites – é o sol, de forma implacável. Em termos sociopolíticos, isso equivale à ausência de freios regulatórios diante da aceleração tecnológica. Byung-Chul Han (2017) observa que a sociedade contemporânea é regida por uma positividade compulsiva, na qual a liberdade se converte em obrigação de desempenho e a potência ilimitada transforma-se em cárcere invisível. O capitalismo digital, nesse sentido, é ícarico: estimula incessantemente a inovação sem refletir sobre as consequências éticas e subjetivas de seu voo.

Este artigo propõe, portanto, uma leitura simbólica e crítica da sociedade contemporânea, tomando o mito de Ícaro e Dédalo como chave de interpretação das relações entre liberdade, técnica e ética. A abordagem é interdisciplinar, articulando fundamentos da filosofia política, da teoria crítica e da hermenêutica contemporânea, especialmente nas obras de Walter Benjamin, Paul Ricoeur, Michel Foucault, Byung-Chul Han e Günther Anders. Essas referências fornecem o alicerce teórico para compreender como o “excesso de liberdade” pode converter-se em forma renovada de dominação, e como a ausência de escuta reguladora – simbolizada na figura de Ariadne, que não integra o mito original, mas aqui é convocada como presença simbólica – compromete qualquer horizonte ético de futuro.

Do ponto de vista metodológico, adota-se a estratégia de validação externa (Lakatos; Marconi, 2003), estabelecendo correlações entre símbolos míticos e fenômenos sociotécnicos atuais. Essa estratégia não busca mensuração empírica, mas interpretação hermenêutica, legitimando a metáfora como recurso analítico. A opção metodológica foi a de compreender o mito como matriz simbólica capaz de iluminar aspectos éticos obscurecidos pela linguagem tecnocrática. Assim, a metáfora não é ornamento, mas instrumento epistemológico: como lembra Ricoeur (1994, p. 143), ela não apenas embeleza, mas “reconfigura o real”, tornando visível aquilo que permanecia no limiar do indizível.

O artigo organiza-se em três eixos centrais: (1) a análise da lógica da desmesura e da aceleração, com base nas figuras de Ícaro e Dédalo; (2) a crítica à ausência de prudência e de regulação ética na relação entre técnica, Estado e mercado; e (3) a proposição de uma escuta simbólica – representada por Ariadne – como paradigma alternativo de regulação. Defende-se, ao final, que a prudência, longe de ser virtude conservadora, constitui exigência radical de lucidez em tempos de excesso.

2 ÍCARO E A LÓGICA DO EXCESSO: VOAR ALTO É CAIR SEM ESCUTA

Ícaro não caiu apenas por se aproximar do sol: caiu porque não soube ouvir. Sua desobediência, tradicionalmente interpretada como metáfora do orgulho juvenil, pode ser relida como expressão de um ethos civilizatório que privilegia o desejo em detrimento da prudência, a velocidade em lugar da sabedoria, a autonomia sem a mediação da escuta. Ícaro deixa, assim, de ser mero aviso mitológico para converter-se em arquétipo do sujeito contemporâneo atravessado pelo imperativo da performance – aquele que é impelido a voar cada vez mais alto, sem pausa para olhar para trás, sem tempo para perceber o próprio corpo. Como adverte Byung-Chul Han (2017, p. 30), “o excesso de positividade leva à violência neuronal”, pois o sujeito moderno é compelido a superar-se continuamente, em ausência de interioridade reflexiva, tornando-se “um animal laborans hiperneurótico”.

Essa lógica de ascensão compulsiva, marcada pelo culto ao desempenho, é reforçada por uma cultura que transforma o sucesso em obrigação e a queda em culpa individual. Contudo, como observa Gert Biesta (2017), educar não significa ensinar a voar cada vez mais alto, mas cultivar a capacidade de discernir quando não se deve levantar voo. A sociedade da desmesura, entretanto, apresenta o voo como único horizonte de sentido. Quem recusa participar dessa dinâmica é rotulado como fracassado, desinteressado ou improdutivo. O mito, nesse ponto, se atualiza: Ícaro já não é o filho que desobedece, mas o sujeito que obedece cegamente às expectativas sociais. Sua queda

não resulta de rebeldia, mas de conformidade a um projeto de humanidade descolado do limite e da atenção sensível.

A crítica de Günther Anders (2018) à racionalidade técnica lança nova luz sobre a tragédia ícarica. Segundo ele, a desproporção entre a capacidade de agir e a capacidade de imaginar as consequências desse agir gera um estado de “vergonha prometeica”, no qual nos tornamos incapazes de sustentar eticamente aquilo que criamos. Ícaro, ao voar com asas artificiais, torna-se símbolo desse descompasso: não é o voo em si que constitui o problema, mas a ausência de critérios simbólicos e éticos para julgar sua legitimidade. Voa porque pode – não porque deve.

Walter Benjamin (2012, p. 222), em sua imagem do “Anjo da História”, descreve o progresso como tempestade que nos impele ao futuro enquanto olhamos para trás e vemos apenas ruínas. Ícaro é figura paralela: também impelido por forças que não controla, mas, ao contrário do anjo, não deseja deter-se para reparar os escombros – ele é o próprio vetor do avanço. Sua queda, portanto, não é acidente, mas consequência natural de uma lógica que aboliu a escuta.

Recolocar a escuta no centro da ética é, portanto, exigência crucial. Michel Foucault (2008) mostra que, no mundo contemporâneo, o poder opera não mais por repressão, mas por indução. O sujeito não é coagido de fora, mas governado de dentro, por meio da liberdade que acredita possuir. Nessa chave, Ícaro não é transgressor: é domesticado. Seu desejo de voar alto é efeito de uma governamentalidade que glorifica o empreendedorismo de si, o corpo performático, a exposição incessante. Nesse contexto, a escuta – entendida como pausa, recolhimento e abertura ao outro – passa a ser vista como obstáculo. Ela desacelera, atrapalha, incomoda. Logo, é suprimida.

Mas o que se perde quando a escuta é eliminada? Para Paul Ricoeur (1994), perde-se a condição narrativa do *self*. O sujeito não é substância, mas identidade construída no tempo pelo diálogo com o outro. O voo ícaro, contudo, é monológico: ascende sem memória, sem contexto, sem narrativa. O que se rompe, ao final, não são apenas as asas, mas o fio da história que sustentava a constituição do sujeito.

Sem sustentação simbólica, não há voo que se mantenha. Ariadne – que em outros mitos oferece o fio da travessia – está ausente aqui, e essa ausência é estrutural. O que falta a Ícaro não é prudência individual, mas a presença de uma cultura capaz de valorizar o silêncio, a pausa e o ritmo interno. Roland Barthes (1984, p. 91) lembra que “a escuta é o lugar onde o sentido escapa da ordem”. Ora, a ordem que Ícaro encarna é a da produtividade incessante, da aceleração sem repouso, do desempenho convertido em destino. Sua escuta é interdita antes mesmo de seu voo.

Relido sob essa perspectiva, o mito revela que Ícaro não precisa mais estar nas nuvens: ele habita a criança sobrecarregada de estímulos, o adolescente compelido a ser extraordinário, o adulto exausto de funções. A desmesura converteu-se em normalidade. E, nesse cenário, o silêncio

– a pausa, o cuidado, o “não ainda” – torna-se ato subversivo. Eis a tragédia maior: não a queda de Ícaro, mas o fato de que ela deixou de nos surpreender.

Do ponto de vista metodológico, este artigo adota a estratégia de validação externa (Lakatos; Marconi, 2003), que consiste em estabelecer correspondências entre estruturas simbólicas e fenômenos sociotécnicos contemporâneos. Não se trata, portanto, de uma pesquisa empírica, mas de uma análise hermenêutico-interpretativa, que mobiliza o mito como recurso heurístico. A metáfora, nesse contexto, não é ornamento literário, mas instrumento epistemológico capaz de iluminar dimensões éticas e políticas que permanecem opacas no discurso tecnocrático.

Para operacionalizar essa transposição, foram definidos três critérios de análise: (1) o mito como matriz simbólica, isto é, como narrativa que organiza experiências humanas de limite e excesso; (2) a atualização crítica dessas imagens em contextos históricos e sociais específicos (capitalismo tecnológico, aceleração e crise ecológica); e (3) a proposição normativa que emerge do contraste entre símbolos míticos e práticas políticas, com vistas à construção de uma ética da prudência e do cuidado. Essa metodologia, ao privilegiar a densidade interpretativa, busca garantir rigor conceitual sem reduzir a complexidade dos fenômenos contemporâneos a esquemas simplistas.

3 DÉDALO, A TÉCNICA E A OMISSÃO ÉTICA DO ESTADO

Se Ícaro simboliza o impulso desmedido, Dédalo encarna a face paradoxal do saber técnico dissociado da escuta ética. É o artífice por excelência: criador das asas e do labirinto, capaz de engenho notável, mas que, ao entregar sua obra, abdica da responsabilidade. Sua inteligência é precisa, porém não ética; seu saber, funcional, mas carente de deliberação. Dédalo torna-se, assim, figura da racionalidade do Estado moderno que, fundado sobre promessas de cuidado e mediação, transforma políticas públicas em esquemas técnicos de gestão, afastando-se de seu papel ético originário.

Na modernidade, essa cisão entre técnica e ética foi amplamente diagnosticada. Hannah Arendt (1994, p. 152) mostrou que a banalidade do mal reside justamente na abdicação do julgamento moral em nome da função: “não era estupidez, era a incapacidade de pensar do ponto de vista do outro”. Isso também se aplica ao Estado burocrático, que executa sem escutar, oferece instrumentos sem garantir sustentação. Dédalo, nesse sentido, não é apenas personagem mitológico: é arquétipo institucional. Ele entrega as asas e diz: “voe como puder”. Quando Ícaro cai, atribui-se a culpa ao voo, e não ao projeto que o tornou inevitável.

Foucault (2008) aprofunda a crítica ao descrever a biopolítica como forma de governamentalidade que regula corpos e populações por meio de normas de produtividade e desempenho. O Estado moderno, sob essa lógica, deixa de proteger e passa a gerir: mede, classifica, normatiza, mas

não se compromete com destinos singulares. A técnica, antes mediação do cuidado, converte-se em dispositivo de controle. O Dédalo contemporâneo elabora relatórios, define metas, implementa algoritmos, mas ignora o cansaço, o medo e o colapso dos sujeitos concretos. O sofrimento, por não se enquadrar em indicadores, torna-se invisível.

Zygmunt Bauman (2001) descreve esse tempo como o da desinstitucionalização dos vínculos: em lugar de proteção, distribuem-se responsabilidades individuais. O Estado neoliberal substitui cuidado por autogestão. Como se bastasse entregar asas para que todos voassem. Mas, como alertam Dardot e Laval (2016), essa autogestão é, na verdade, responsabilização mascarada, que oculta a ausência de estrutura coletiva. Não é que Dédalo não tenha construído asas; é que retirou o chão.

Os efeitos são devastadores. O sujeito contemporâneo é treinado para performar, mas não para ser escutado. Escola, trabalho e saúde funcionam como labirintos dédalicos: exigem navegação constante, mas não oferecem bússola ética. Burnout, depressão e medicalização em massa não são falhas individuais, mas sintomas do esgotamento de um modelo que substituiu presença por protocolo. Como sintetiza Franco “Bifo” Berardi (2019, p. 41), vivemos um “colapso de futuro”: resta apenas um presente gerido por mercados e algoritmos.

A técnica, nesse quadro, perdeu sua função simbólica. Heidegger (2012, p. 23) já distinguia entre a *poiesis* – fazer que revela com cuidado – e a *Gestell*, o enquadramento que reduz tudo a recurso. O Dédalo atual deixou de ser poeta para tornar-se engenheiro do capital. As asas não são mais metáforas de libertação, mas mercadorias: kits de empreendedorismo, aplicativos de produtividade, cursos de autoaperfeiçoamento. O Estado, por sua vez, terceiriza sua função: cria indicadores, distribui *vouchers*, mas não sustenta o que pulsa.

Diante desse cenário, Hans Jonas (2006, p. 24) reivindica uma “ética da responsabilidade”, capaz de considerar as consequências futuras da ação técnica. A prudência – virtude clássica da *sophrosyne* – deve ser recuperada como contrapeso ao avanço desregulado. O agir político só é ético, lembra Jonas, se pautado pelo cuidado com a vulnerabilidade. Isso exige mais do que dados: exige presença. Exige, como afirma Paul Ricoeur (2000, p. 184), “agir com e para o outro em instituições justas”. Quando a instituição se omite, trai sua essência.

Também a própria noção de Estado requer resignificação. Jacques Rancière (2005, p. 27) sustenta que política não é gestão, mas interrupção do consenso em nome da igualdade de voz. O Dédalo tecnocrático, ao contrário, promove o consenso da técnica e exclui o dissenso. Mas a política autêntica só começa quando o grito de Ícaro é ouvido – ainda que não siga as normas do voo.

Por fim, o silêncio de Dédalo não pode ser lido como neutralidade. É escolha. É cumplicidade. O Estado que oferece asas sem escuta é tão responsável quanto o sujeito que voa sem prudência. A omissão técnica é uma forma de violência simbólica. A prudência, se pretende sobreviver

no tempo da desmesura, precisa retornar como eixo ético do agir público. Para isso, não basta que Dédalo saiba construir: é preciso que queira sustentar.

4 ANÁLISE: A IMPULSIVIDADE TECNOCAPITALISTA E A SIMBOLOGIA DE ÍCARO

Na mitologia grega, Ícaro simboliza a vertigem do voo imprudente: movido pelo deslumbramento e pela ambição de alcançar o inalcançável, ignora os limites da realidade. Sua queda não decorre de maldade ou ignorância, mas de uma *hybris* que encontra ressonância nos movimentos contemporâneos do tecnocapitalismo. A metáfora permite repensar a lógica de desmesura que estrutura uma sociedade que, como Ícaro, aspira a alturas excessivas – sustentada por inovação incessante, aceleração contínua e fé quase messiânica na tecnologia como promessa de redenção humana.

Byung-Chul Han (2021, p. 12) observa que “a sociedade do desempenho tornou-se uma sociedade da exaustão, em que o excesso não é mais imposto de fora, mas internalizado como autoexigência”. Tal dinâmica ecoa o voo de Ícaro: uma autoexploração voluntária, disfarçada de liberdade. O corpo social, como o do herói trágico, arde sob o sol de suas próprias expectativas – e, não raro, desmorona. Em um mundo governado por métricas de produtividade, algoritmos de consumo e otimização de desejos, a liberdade converte-se em compulsão (Sadin, 2020, p. 34).

Essa tecnolatria contemporânea constitui uma idolatria renovada: não mais voltada ao divino, mas ao ideal de inovação ilimitada. Pierre Lévy (1999, p. 18) já advertia que “a inteligência coletiva, mal compreendida, pode se tornar apenas um espelho dos desejos do capital”. Em vez de emancipar, muitas tecnologias ampliam desigualdades, produzem alienação e reforçam o culto à performance. Ícaro, nesse sentido, não é apenas uma figura trágica, mas denúncia ética da *hybris* moderna.

O ethos ícaro também se manifesta na lógica do “crescimento pelo crescimento”, denunciada por Latouche (2009, p. 42) como “teologia econômica” que conduz à devastação ecológica, cultural e subjetiva. A ausência de freios institucionais, a desregulamentação ambiental e o fetiche pelo progresso alimentam esse voo desgovernado. Ao queimar suas asas de cera, Ícaro anuncia não apenas sua própria queda, mas o colapso de uma civilização que abdicou da prudência como valor.

5 DISCUSSÃO: DÉDALO, REGULAÇÃO E RESPONSABILIDADE POLÍTICA

Ao contrário de Ícaro, que simboliza o impulso desmedido, Dédalo representa a ética da contenção e da medida. Não encarna a negação do voo, mas a responsabilidade necessária à travessia. Enquanto o filho traduz a potência criativa sem prudência, que conduz à queda, o pai torna-se arquétipo do técnico consciente dos riscos do próprio invento. Essa tensão entre criação e controle é central para repensar o papel do Estado diante das crises ecológicas, da aceleração

tecnológica e da desigualdade social – não como censor do desejo humano, mas como arquiteto de limites responsáveis.

A filosofia já identificava essa tensão. Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, distingue entre o saber técnico (*téchne*) e a sabedoria prática (*phronesis*), esta última entendida como a capacidade de deliberar bem sobre meios e fins justos (Aristóteles, 2009). Dédalo, nessa chave, não é apenas inventor: simboliza aquele que detém o saber prático necessário para lidar com o poder de sua própria criação.

Esse dilema reaparece na contemporaneidade. A sociedade tecnocapitalista, regida pela inovação contínua e pela financeirização da vida, frequentemente opera sem o contraponto dedaleano. Como alerta Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 59), “a regulação estatal tornou-se subserviente ao mercado global, produzindo Estados cada vez mais fracos diante de corporações cada vez mais fortes”. O resultado é a erosão da capacidade pública de proteger o bem comum, sustentar políticas distributivas e conter impactos ambientais e psicossociais do crescimento ilimitado.

Pensar os Estados como Dédalos contemporâneos implica resgatar a responsabilidade estrutural. Isso não significa restaurar formas autoritárias de governo, mas reconstruir a legitimidade institucional a partir da escuta democrática e do cuidado coletivo. Bruno Latour (2017, p. 110) insiste que “o problema não é a ciência, mas a forma como se mobiliza o saber científico para justificar modelos de mundo que excluem a Terra como agente legítimo”. O desafio do Estado moderno é, portanto, regular sem reprimir, equilibrando o saber técnico com sensibilidade às vulnerabilidades humanas e não humanas.

A educação é parte fundamental desse projeto dedaleano. Edgar Morin (2000) propõe uma pedagogia do limite, em que o ensino das interdependências, das incertezas e da complexidade substitua a linearidade reducionista. É nesse espírito que Dédalo deve agir hoje: não como figura do medo, mas como promotor da lucidez. Regulamentar o uso de tecnologias, taxar grandes fortunas, preservar territórios indígenas e repensar modelos de urbanização são tarefas que exigem coragem ética, mais do que simples competência técnica.

A cultura política atual, porém, resiste à prudência. Capturado por narrativas de disrupção e performance, o mundo associa “limite” a fraqueza ou atraso. Como afirma Byung-Chul Han (2021, p. 25), “a sociedade da positividade elimina o outro e o diverso, em nome de uma aceleração autofágica”. O resultado é o adoecimento dos corpos, a saturação dos vínculos e a devastação dos ecossistemas. Dédalo, nesse cenário, é a pausa necessária: o instante em que se avalia a rota antes de retomar o voo.

A política dedaleana também exige a revisão dos indicadores de sucesso. Como adverte Martha Nussbaum (2012, p. 55), “não basta crescer economicamente se os cidadãos não são capazes de viver

com dignidade e florescimento”. O Estado deve considerar, além do PIB, o bem-estar psicológico, a qualidade dos vínculos sociais, o acesso à cultura e à saúde. Dédalo, nesse sentido, defende uma política do cuidado, que rejeita o voo cego em direção ao lucro.

O paradoxo contemporâneo talvez resida no fato de que o gesto mais visionário não seja inovar, mas interromper. Dizer “basta” à exploração ambiental, à precarização do trabalho e à manipulação de dados pode ser a forma mais radical de ação. Regular, conter e sustentar: longe de limitarem a liberdade, esses verbos são seus alicerces. Como lembra Paul Ricoeur (1990, p. 264), “a ética começa quando o sujeito se dá conta de que o outro também existe”.

O arquétipo de Dédalo, transposto para a política, propõe, assim, uma ética da mediação. Ensina que é possível criar com responsabilidade, legislar com sensibilidade e governar com prudência. Em tempos de excesso, essa talvez seja a única maneira de sustentar a travessia – sem queimar as asas.

6 A ESCUTA COMO CONTRAPONTO ÉTICO: O CUIDADO COMO RESISTÊNCIA

Em um mundo saturado de ruídos performáticos, a escuta emerge como ato paradoxalmente revolucionário. Se Ícaro simboliza a vertigem da ascensão desmedida e Dédalo, a técnica dissociada da ética, Ariadne – com seu fio silencioso – ressurge como figura do cuidado: mediação entre liberdade e responsabilidade. Seu gesto não oferece soluções prontas, mas sustentação existencial, exigindo atenção ao outro e ao contexto.

A escuta ética rompe com a lógica meritocrática e competitiva que organiza a vida contemporânea. Como lembra Gilligan (2003, p. 32), a ética do cuidado desloca a questão de “o que é justo?” para “quem está envolvido?” e “quais necessidades estão em jogo?”. Tronto (1993, p. 126) amplia essa noção ao afirmar que o cuidado envolve “manter, continuar e reparar o mundo”, vinculando-o diretamente à política.

No plano institucional, tal ética demanda reconfigurar a forma como se constroem políticas públicas. Estruturas que negligenciam as vozes silenciadas – crianças, mulheres, povos originários, pessoas neurodivergentes – apenas reproduzem um labirinto sem fio. Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 23) propõe, como contraponto, uma “ecologia de saberes” que legitime formas de conhecimento não hegemônicas.

Paulo Freire (1996, p. 84) lembra que escutar é um “ato amoroso de conhecimento”, e não mera recepção passiva. Tal abertura é incompatível com a aceleração contínua que atravessa a vida moderna. Como aponta Rosa (2019, p. 98), o tempo social acelerado mina a ressonância: o sujeito já não encontra eco no mundo e a experiência converte-se em ruído sem afeto.

A escuta ética, portanto, é radical. Ela exige desaceleração, disposição para acolher o que a técnica não captura e coragem de instaurar pausas. É o gesto ariadnico da contemporaneidade: oferecer um fio não para escapar do mundo, mas para habitá-lo com dignidade.

Assim, a escuta ética não se esgota como princípio institucional ou político: ela exige sujeitos capazes de sustentá-la. O fio de Ariadne, por si só, não orienta se não houver mãos dispostas a carregá-lo, nem vozes que se reconheçam na sua trama. Por isso, o desafio contemporâneo não é apenas reconfigurar políticas públicas ou instaurar ecologias de saberes, mas também reinventar modos de subjetivação que tornem possível habitar o fio – sem sucumbir à lógica do desempenho e da aceleração. É nesse ponto que a reflexão se desloca do campo coletivo para o plano da subjetividade: reconstruir o humano no pós-labirinto.

7 SUBJETIVIDADE E RESISTÊNCIA: RECONSTRUINDO O HUMANO NO PÓS-LABIRINTO

A queda de Ícaro, na leitura aqui proposta, não é punição moral, mas colapso ontológico: o esgotamento de um modelo de subjetivação que tenta negar a finitude humana. O sujeito hiper-moderno – pressionado por metas, métricas e promessas de autoaperfeiçoamento – é instado a performar a liberdade enquanto carrega o peso de um ideal inalcançável. Reconstruir o humano após o labirinto significa, antes de tudo, suspender esse ideal.

Foucault (1988, p. 19) descreve as “práticas de si” como formas legítimas de resistência ao biopoder. Resistir é criar espaços que escapem à normatividade: recusar o tempo do capital, habitar silêncios, inventar linguagens próprias. Essa reconstrução não busca retornar a um “eu autêntico”, mas elaborar subjetividades capazes de sustentar a complexidade sem sucumbir a ela.

A arte é terreno privilegiado dessa reinvenção. Deleuze e Guattari (1992, p. 145) lembram que a criação tem potência de desterritorialização: retira o sujeito dos eixos normativos e o lança em novas possibilidades de existência. Na escrita, na dança, na pintura, abre-se espaço para viver a diferença sem necessidade de validação externa.

Essa reconstrução também exige uma ética do cuidado de si. Byung-Chul Han (2015, p. 62) critica a “sociedade do cansaço” que confunde liberdade com produtividade e produz indivíduos autoexplorados. O humano por vir deve reaprender a descansar, contemplar e existir sem precisar justificar-se pela utilidade.

Reconhecer a vulnerabilidade como constitutiva é igualmente fundamental. Judith Butler (2009, p. 14) defende que ela não é falha, mas traço essencial da condição humana, que demanda novas formas de pertencimento e reconhecimento. Políticas centradas na subjetividade devem, assim, garantir tempo, espaço e escuta para modos diversos de viver – sem reduzi-los a sua eficácia econômica.

Reconstruir o humano, após a queda de Ícaro, é renunciar à fantasia de voo solitário e aprender a caminhar em companhia – mesmo que devagar, mesmo que no escuro.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor o paralelo entre o mito de Ícaro e Dédalo e as dinâmicas contemporâneas de produção, poder e subjetivação, este artigo buscou realizar uma travessia crítica entre o simbólico e o estrutural. A metáfora, longe de ser apenas recurso estilístico, revelou-se ferramenta epistemológica potente: articulando narrativas míticas à análise social, tornamos visível o modo como a sociedade atual encarna o voo vertiginoso de Ícaro, tendo como combustível o capital, e como os Estados, em sua pretensa função de regulação e contenção, operam ainda a partir de lógicas dedálicas, de engenharias racionais que, muitas vezes, falham em compreender o que se esconde no centro do labirinto: o humano.

A primeira seção revelou que o tempo contemporâneo é regido pela aceleração – conceito central na teoria de Hartmut Rosa (2019) –, que compromete a possibilidade de ressonância com o mundo. O excesso de estímulos, de imagens, de informações, engendra um sujeito fragmentado, privado de pausas, cuja experiência se torna superficial, em constante desempenho. Ícaro é aqui figura do indivíduo lançado à liberdade sem medida, solto das amarras do cuidado, mas também desprotegido diante do sol incandescente do sucesso e da produtividade a qualquer custo.

Na segunda seção, examinamos a função dedálica dos Estados modernos. Ainda que historicamente concebidos como instituições de contenção e racionalidade, os Estados atuais demonstram, muitas vezes, um afastamento ético de sua função originária. Como aponta Byung-Chul Han (2017), a lógica neoliberal transforma o cidadão em empresa de si mesmo, reduzindo o papel do Estado a um gestor da eficiência e da segurança. O labirinto, que antes protegia, torna-se prisão ou indiferença. Dédalo, em sua versão tecnocrática, é desprovido de ethos: cria, mas não escuta; regula, mas não acolhe.

As seções seguintes aprofundaram a crítica e esboçaram alternativas. Retomou-se a ética do cuidado como possibilidade de ruptura com a lógica ícaro-dedálica. Autoras como Carol Gilligan (2003) e Joan Tronto (2015) defenderam que o cuidado deve ser reconhecido não como atributo feminino ou privado, mas como fundamento da justiça e da vida coletiva. Quando associado à escuta – conceito-chave em Paulo Freire (1996) e Boaventura de Sousa Santos (2010) –, o cuidado deixa de ser um afeto individual para se tornar prática política. Escutar, aqui, é recusar o modelo do monólogo estatal, é reconstituir a polis como espaço de reciprocidade e não de imposição.

A quarta seção tratou do descanso, da arte e da vulnerabilidade como forças contrárias à lógica do excesso. Foucault (1984) nos lembrou que as “práticas de si” podem libertar o sujeito das amarras da normatividade dominante, e Deleuze e Guattari (1995) reforçaram a arte como linha de fuga, como desterritorialização simbólica capaz de abrir novas cartografias existenciais. Em um mundo que exige constante desempenho e nega a fragilidade, reconhecer a queda – à semelhança de Ícaro – pode ser o início de uma ética da humanidade. A queda deixa de ser fracasso e passa a ser revelação: somos finitos, somos corpo, somos tempo. E é nesse reconhecimento que se pode iniciar um outro tipo de voo.

As duas últimas seções aprofundaram a proposta de reconstrução ética, por meio da reconfiguração do sujeito e da crítica estrutural ao paradigma vigente. Mostramos que resistir à *hybris* exige reinvenção dos modos de habitar, de produzir e de se relacionar. Não basta reformar o labirinto – é preciso desdobrá-lo. E para isso, o fio de Ariadne deve ser reinventado: talvez tecido não por deuses, mas por sujeitos que escolhem caminhar juntos, escutando as dobras do outro, reconhecendo a interdependência como potência, e não como fraqueza.

A validação externa do artigo se sustenta em múltiplas fontes teóricas de relevância internacional e nacional, com autores como Rosa, Han, Foucault, Tronto e Freire oferecendo densidade argumentativa e interdisciplinaridade. A abordagem não apenas problematiza o excesso ícaro-dédalo da sociedade atual, mas também propõe caminhos viáveis de transformação simbólica e ética, tornando-o compatível com o escopo da Revista Tectnia, cuja proposta editorial valoriza artigos que discutam processos, ideias e resultados aplicáveis à realidade social.

Assim, este trabalho assume o risco da metáfora como método, da escuta como política e da queda como possibilidade, pois talvez, ao aceitarmos nossas asas imperfeitas, possamos enfim encontrar um modo mais justo de voar: não rumo ao sol da glória individual, mas em direção ao horizonte comum da vida que escuta.

9 REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 3. ed. Brasília, DF: UnB, 2009.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERARDI, F. B. *Futurabilidade: a era da impotência e o horizonte da possibilidade*. São Paulo: Ubu, 2019.

- BUTLER, J. *Frames of war: when is life grievable?* London: Verso, 2009.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1.
- FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GILLIGAN, C. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- HAN, B.-C. *A sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2021.
- HAN, B.-C. *A sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HAN, B.-C. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyiné, 2015.
- HEIDEGGER, M. *A questão da técnica*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- JONAS, H. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2006.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LATOUCHE, S. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- LATOUR, B. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez: Unesco, 2000.
- NUSSBAUM, M. *Creating capabilities: the human development approach*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.
- RANCIÈRE, J. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- RICOEUR, P. *A metáfora viva*. São Paulo: Loyola, 2000.



RICOEUR, P. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990.

ROSA, H. *Tempos modernos, tempos de sociologia: estudos sobre a aceleração social*. São Paulo: Paulus, 2019.

SADIN, É. *A era do indivíduo tirano: o fim de um mundo comum*. São Paulo: Ubu, 2020.

SANTOS, B. S. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, B. S. *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.

TRONTO, J. C. *Caring democracy: markets, equality, and justice*. New York: NYU Press, 2015.

TRONTO, J. C. *Moral boundaries: a political argument for an ethic of care*. New York: Routledge, 1993.

APÊNDICE – INFORMAÇÕES SOBRE O ARTIGO

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Resumo/Abstract/Resumen: Lara Passini Vaz-Tostes; **Introdução ou Considerações iniciais:** Lara Passini Vaz-Tostes; **Referencial teórico:** Lara Passini Vaz-Tostes; **Metodologia:** Lara Passini Vaz-Tostes; **Análise de dados:** Lara Passini Vaz-Tostes; **Discussão dos resultados:** Lara Passini Vaz-Tostes; **Conclusão ou Considerações finais:** Lara Passini Vaz-Tostes; **Referências:** Lara Passini Vaz-Tostes; **Revisão do manuscrito:** Lara Passini Vaz-Tostes; **Aprovação da versão final publicada:** Lara Passini Vaz-Tostes.

CRediT - Taxonomia de Papéis de Colaborador - <https://credit.niso.org/>

Todos os autores contribuíram igualmente em todas as fases da produção do artigo.

As opiniões e informações expressas neste manuscrito, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião da **Tecnia – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFG**, de seus editores e do Instituto Federal de Goiás. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

HISTÓRICO EDITORIAL

Submetido: 31 de maio de 2025.

Aprovado: 13 de novembro de 2025.

Publicado: 30 de janeiro de 2026.



COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

VAZ-TOSTES, Lara Passini. Ícaro, Dédalo e a Sociedade do Excesso: ética, prudência e regulação no capitalismo tecnológico.

Tecnia – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFG, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 189-203, 2026.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Revisão por pares duplo-cega (Double blind peer review).

AVALIADORES

Dois pareceristas ad hoc avaliaram este artigo e não autorizaram a divulgação dos seus nomes.

EDITOR(A) SEÇÃO

Profa. Dra. Rita Rodrigues de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)